

**PRODUTORES RURAIS DE BELÉM DO SÃO FRANCISCO – PE E
AÇÕES DO INSTITUTO AGRONÔMICO DE PERNAMBUCO (IPA)**

**RURAL PRODUCERS OF BELÉM DO SÃO FRANCISCO - PE AND
ACTIONS OF THE AGRONOMIC INSTITUTE OF PERNAMBUCO
(IPA)**

**PRODUCTORES RURALES DE BELÉM DO SÃO FRANCISCO - PE Y
ACCIONES DEL INSTITUTO AGRONÓMICO DE PERNAMBUCO
(IPA)**

Luigi Canário Cabral e Sousa¹
Jakes Halan de Queiroz Costa
Leticia Amaral Santana
João Manoel da Silva

RESUMO

A extensão rural, a assistência técnica, o crédito rural e principalmente as empresas que fornecem serviços de ATER estão diretamente ligadas aos produtores e precisam cada vez mais de fortalecimento para que levem as políticas públicas para esse público alvo. Este trabalho teve como objetivo geral estudar a relação entre a assistência técnica e extensão rural, desenvolvida pelo Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), e pequenos produtores rurais do município de Belém do São Francisco – PE. Trata-se de estudo descritivo, realizado a partir de dados quantitativos e qualitativos obtidos via observações de campo, aplicação de questionários, entrevistas e visitas. Foram entrevistados 50 agricultores no município e foi observado que 68% dos entrevistados não receberam nenhum tipo de assistência técnica, houve também levantamentos sobre análise socioeconômica de alguns produtores da região.

Palavras-chave: Assistência Técnica; Agricultura; Produções Rurais; Sertão.

ABSTRACT

Rural extension, technical assistance, rural credit and especially companies that provide ater services are directly linked to producers and increasingly need strengthening to bring public policies to this target audience. The general objective of this work was to study the relationship between technical assistance and rural extension, developed by the Agronomic Institute of Pernambuco (IPA), and small farmers in the municipality of Belém do São Francisco - PE. This is a descriptive study, based on quantitative and qualitative data obtained through field observations, application of questionnaires, interviews and visits. Fifty farmers were

¹ Autor correspondente. E-mail: luigi.cabral@ufpe.br.

interviewed in the municipality and it was observed that 68% of the interviewees did not receive any type of technical assistance, there were also surveys on socio-economic analysis of some producers in the region.

Keywords: Technical Assistance; Agriculture; Rural Productions; Backwoods.

RESUMEN

La extensión rural, la asistencia técnica, el crédito rural y especialmente las empresas que prestan servicios de ater están directamente vinculadas a los productores y cada vez necesitan más ser fortalecidas para acercar las políticas públicas a este público objetivo. El objetivo general de este trabajo fue estudiar la relación entre la asistencia técnica y la extensión rural, desarrollada por el instituto agronómico de pernambuco (ipa), y los pequeños agricultores del municipio de Belém do São Francisco - PE. Se trata de un estudio descriptivo, basado en datos cuantitativos y cualitativos obtenidos a través de observaciones de campo, aplicación de cuestionarios, entrevistas y visitas. Cincuenta agricultores fueron entrevistados en el municipio y se observó que el 68% de los entrevistados no recibió ningún tipo de asistencia técnica, también hubo encuestas sobre análisis socioeconómico de algunos productores de la región.

Palabras clave: Asistencia técnica; Agricultura; Producciones Rurales; sertón.

INTRODUÇÃO

Com os avanços da agricultura no passar dos anos e o desenvolvimento das pesquisas nessa área, diversas formas de políticas foram interligadas para que essas descobertas chegassem a quem realmente seria o interessado, a agricultura familiar. Os métodos participativos e inclusivos adotados por diversos pensadores seguindo explicações e teorias de Paulo Freire foram abordados das mais diferentes formas para que o público alvo (a sociedade) fosse encaixado como o sujeito ativo nessa formação.

As atividades de assistência técnica e extensão rural (ATER) surgem exatamente com essa perspectiva de difundir, incluir e orientar os sujeitos sociais na construção de uma ponte construtiva de conhecimento, que levaria justamente os produtores e a pesquisa ao mesmo patamar, não diferenciando o saber científico do saber empírico. A geração de novas pesquisas e o processo de desenvolvimento rural tornam e transforma a ATER no principal veículo de comunicação entre campo e pesquisa. Durante o processo de democratização do Brasil houve o surgimento de muitos movimentos sociais e organizações que garantiam que a voz do povo fosse escutada, quando se tratava de políticas de assistência trazendo à tona a verdadeira participação social, tanto no meio rural quanto no meio urbano.

Ao decorrer dos anos, medidas acabaram fazendo com que a extensão rural quase que deixasse de existir, na extinção da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), por exemplo, o governo federal atribuiu para os estados e municípios a responsabilidade de execução das políticas de extensão e, logo depois disso, a estabilização do agronegócio através dos sistemas agroindustriais fizeram com que os produtores tivessem bem menos espaço na construção de uma agricultura que deveria ser inclusiva, quando se fala de políticas assistenciais.

Nos anos 2000, as políticas públicas rurais começaram a ser adotadas para os produtores a fim de ganhar espaço no mercado nacional e internacional, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), surge justamente com uma perspectiva de estabilização da agricultura familiar e dos movimentos rurais trazendo a importância social dessas organizações para a construção de uma identidade política.

O Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) é responsável por diversos serviços prestados à comunidade rural pernambucana, quando falamos de pesquisa e extensão, onde passam desde a produção de variedades até a distribuição e comercialização desses produtos. A finalidade proposta pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) que envolve desde a participação, até as formas de construção e execução do desenvolvimento rural sustentável, onde buscam uma melhoria na qualidade de vida dos agricultores - o que de certa forma beneficia não só a agricultura familiar, abrindo as portas principalmente para a interação das comunidades com as pesquisas e desenvolvimento de práticas elaboradas em conjunto onde diversas são as áreas de atuação exercida pelo instituto onde, suas estações experimentais são localizadas em microrregiões que vão desde o sertão ao litoral pernambucano atuando diretamente com os produtores da região.

O município de Belém do São Francisco é uma dessas áreas onde o possui uma das estações experimentais do IPA, ela é localizada em uma das ilhas que abrangem a cidade. Esta área é responsável pela produção de produtos agropecuário que por muito tempo foi o setor que mais favoreceu a economia da região, vem atuando hoje diretamente com o crescimento e desenvolvimento da horticultura e da fruticultura fortalecendo assim a produção e as práticas sociais, que beneficiam diretamente a agricultura camponesa e fortalece as políticas públicas voltadas para a mulher e o homem do campo.

A extensão rural se encaixa justamente nessa perspectiva de crescimento que alcança os municípios, onde extensionistas e produtores fazem essa troca de conhecimento através da interação e participação incluindo as pesquisas e mostrando cada vez mais a importância dos agricultores para a comunidade acadêmica e para a sociedade fazendo com que seja fragmentado e excluído a criminalização tanto dos movimentos sociais quanto dos pequenos produtores rurais.

Este trabalho teve como objetivo geral estabelecer a relação entre a assistência técnica e extensão rural e o IPA, e como eles estão ajudando os pequenos produtores do município de Belém do São Francisco – PE. Como objetivos específicos: Obter um registro socioeconômico sobre os agricultores da cidade; entender como funciona as ações de assistência técnica; Identificar como o IPA trabalha com ATER, para os produtores rurais do município.

DESENVOLVIMENTO

A extensão rural no Brasil

As empresas de pesquisa agropecuária e os agricultores rurais têm um dos principais veículos de contribuição no processo de desenvolvimento rural, a Assistência Técnica e Extensão Rural, que tem o papel de dialogar justamente com essas empresas e produtores (LIMA *et al.*, 2014). Segundo Peixoto (2008) podemos entender a extensão de várias maneiras, uma delas é entendê-la como políticas públicas que são organizadas pelo governo e traçadas para diversos empreendimentos, sejam eles do setor público ou privado.

A extensão rural surge justamente em busca dessas perspectivas de avanço da agricultura. Entretanto, esse modelo, que seguiu as características norte-americanas, teve grande incentivo do capital, resultado esse dos pacotes tecnológicos propostos pela agricultura (LISITA, 2005). Para fugir desta agricultura conservacionista a extensão teve que se adaptar às condições propostas principalmente as causadas pelo homem, como os impactos socioambientais (FROEHLICH; SOUZA, 2016).

A ideia de um modelo totalmente contraditório às governanças vividas, tanto na sua criação na década de 50 até os dias atuais, quando se vê pressionado principalmente pelo grande embate político que move de um lado a agricultura familiar e do outro o agronegócio (CAPORAL; DAMBRÓS, 2017).

A adoção de uma prática participativa, compartilhada, surge nesta ideia de inserção social, onde é retirado o processo assistencialista e evidenciado a interferência profissional coletiva, onde ocorre o distanciamento desses moldes mais tecnológicos em que o produtor é obrigado a se estabelecer economicamente, trazendo à tona assim a participação político-social (BARATA-SILVA *et al.*, 2018)

Quando uma nova reformulação da Extensão Rural é proposta os atores políticos se tornam cada vez mais importantes. Devido às suas perspectivas e conhecimentos, as políticas públicas voltadas para o crescimento da agricultura familiar começam a ser alcançadas e traçadas de modo que beneficie o pequeno e médio agricultor, onde é o caso da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) (CANAVESI *et al.*, 2016).

A PNATER é uma política pública conquistada com muita luta envolvendo além dos movimentos rurais, lideranças organizacionais e setores governamentais, esta é proposta de forma democrática a fim de sanar as problemáticas sociais que afetam a agricultura diretamente nos produtores rurais (LUSA, 2013).

Devido à grande pressão, tanto das organizações quanto dos sindicatos, as políticas de extensão rural começaram a ganhar espaço e junto com essas propostas surgem também alguns programas governamentais que começam a trazer os produtores rurais para atuarem como sujeitos participativos e ativos na construção político-social evidenciada pelo PRONAF, onde este programa tem a finalidade da disponibilização de crédito rural e apoio institucional aos produtores (SCHNEIDER *et al.*, 2004).

Fortalecidos pela aprovação do Projeto de Lei da Agricultura Familiar em 2006, pela qual foi instituída a Política Nacional de Agricultura Familiar e de Empreendimentos Familiares Rurais, os agricultores familiares passaram a ser reconhecidos como um segmento produtivo, o que contribui para a descentralização de ações referentes a sustentabilidade ambiental e socioeconômica (SILVA; SANTOS, 2018).

O Programa Nacional de Incentivo à Agricultura Familiar (PRONAF), se consolidou como uma política presente em todo território nacional. Junto com estes programas diversos outros surgiram a fim de fortalecer esse modelo de valorização da agricultura familiar. Programas como fome zero e bolsa família fortalecem assim a vida dos produtores, que acabaram tendo uma política que atuasse diretamente na sua vida (BIANCHINI, 2015).

Muito do que os agricultores passam é atribuído às práticas de exploração sofridas pelos colonos e que se refletem até hoje. O Nordeste foi uma das regiões que sofreram bastante, sendo afetado devido ao incentivo principalmente da cana-de-açúcar, que foi implantada para ser uma monocultura e assim sua produção retirava ainda mais com o passar dos anos a liberdade dos agricultores familiares. A análise sobre o surgimento das políticas públicas, através da luta dos movimentos, entidades e organizações onde em situações adversas tiveram grande participação nessa construção, principalmente quando se fala de uma abordagem mais social, mais comunitária e participativa que envolve a extensão (BORDALO, 2011).

Belém do São Francisco – PE

Belém do São Francisco é um município localizado no Sertão pernambucano, é uma das maiores cidades nessa região quando se fala de território, possuindo cerca de 1.830 km² em extensão, seu bioma predominante é a Caatinga.

A Caatinga é um dos biomas com maior diversidade de fauna e flora, abrangendo os 9 estados nordestinos e uma parte de Minas Gerais, onde cerca de 27 milhões de pessoas dependem tanto diretamente quanto indiretamente dos recursos deste bioma (IBF, [s.d.]). Possuindo chuvas esporádicas concentradas entre os meses de fevereiro e março, esse clima semiárido é uma das suas características, que além disso possui altas temperaturas, onde essas áreas são denominadas como sertão (BARROS *et al.*, 2011).

O município possui 20.729 pessoas segundo censo de 2019, a cidade possui 115 anos de história, e muitas pessoas dizem que seu nome é originado do Rio São Francisco que corta a cidade. Belém como é chamada se desenvolveu em terras que seriam do município de Cabrobó (IBGE, [s.d.]). Uma das principais características do município são as presenças de ilhas e a forte produção agropecuária, que por muito tempo moveu a economia da cidade, a presença de balsas e canoas que ajudam principalmente os produtores da região no transporte do produto colhido para a cidade grande e para as feiras locais onde geralmente é distribuído (CODEVASF, 2019).

O município possui uma das estações de experimentações do IPA, onde propiciam diversas cultivares que possuem certas resistências principalmente quando se fala das condições edafoclimáticas da região (GOMES, 2011).

Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA)

Com grande importância para o Nordeste, o IPA possui um grande banco de germoplasma que facilita a identificação ou desenvolvimento de espécies para as diversas regiões. Em Pernambuco o instituto atua com o pioneirismo em conservação de recursos genéticos onde o destaque está para espécies frutíferas tanto nativas quanto exóticas, muitas das espécies encontradas são únicas no país possuindo grande variabilidade genética (BEZERRA *et al.*, 2017).

A instituição foi criada em 1935, em Pernambuco, e possui diversos nomes ao longo da sua história: Instituto de Pesquisas Agrônômica, Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária e, atualmente, Instituto Agrônômico de Pernambuco. Sua sede é localizada na capital do estado e, com o passar dos anos a empresa alcançou outros municípios interregionalizando a extensão e a pesquisa para as diversas áreas tanto no Sertão quanto da Mata Atlântica obtendo cada vez mais espaço devido a produção de espécies comerciais que demonstraram o gigantesco potencial do instituto frente às pesquisas agrônômicas e a produção de variedades que beneficiam os produtores rurais de todo o Nordeste.

Demonstrando os avanços na área de melhoramento de plantas no qual o instituto é característico, em 1975 o IPA teve sua responsabilidade administrativa diretamente ligada ao governo do estado e passou a ser coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), (IPA, [s.d.]).

As estações de experimentações são muito importantes para o IPA e os municípios nos quais estão localizadas. A produção de materiais que servem para a agricultura tanto dos pequenos quanto dos grandes produtores, ajuda os municípios a se desenvolver ruralmente (SANTOS *et al.*, 2016).

Uma das mais importantes estações experimentais do IPA está localizada em Belém de São Francisco. Responsável pelo desenvolvimento de cebola, tomate, feijão e diversos grãos, localizada a 486 km de distância da sede principal (IPA, [s.d.]). Em Belém do São Francisco, a empresa possui cerca de 180 ha, área localizada em uma das dezenas de ilhas que cercam a cidade, conseqüentemente banhada pelo Rio São Francisco. A estação agrônômica não mede esforços e com cerca de 25 funcionários, produz em aproximadamente 14 hectares de diversas

variedades que circulam o Nordeste inteiro e por diversos agricultores da zona rural de Pernambuco (GALVÃO, 2018).

METODOLOGIA

A pesquisa tem grande papel na promoção e principalmente na interação entre universidade e sociedade. Para Rodriguez *et al.* (2013), o ensino, a pesquisa elas rompem as barreiras da sala de aula proporcionando assim uma interação social e expandem os muros das universidades e escolas. A fim de quebrar essas barreiras e trazer para a sociedade a participação e o produto do que foi gerado nos desenvolvimentos das atividades.

O pesquisador se encaixa como o sujeito ativo e difusor do conhecimento, porém não do conhecimento completo. Então, além de disseminador é encaixado como aprendiz, onde o conhecimento técnico é sua vertente e o aprendizado empírico e o entendimento sobre as pessoas serão seus aprendizados.

Este trabalho foi realizado com agricultores rurais do município de Belém do São Francisco – PE, localizado nas seguintes coordenadas geográficas: latitude: 8° 45' 31" e longitude: 38° 57' 45". A cidade possui cerca de 1830 km² de extensão, sendo uma das maiores cidades da região em território, possuindo cerca de 20.729 habitantes. A região é caracterizada como Sertão, sua principal vegetação é a Caatinga que possui baixos índices pluviométricos, plantas que se adaptam às condições adversas e altas temperaturas onde variam de 28°C à 36°C.

As atividades envolveram pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, contatos com técnicos e agricultores, observações de campo e entrevistas com agricultores e técnicos do IPA. Num primeiro momento foram utilizadas a pesquisa bibliográfica a fim de levantar os principais trabalhos científicos sobre a temática em questão e a uma pesquisa documental, baseada em dados originais de campo (LUNA, 1999). Além disso, foram efetivados contatos e visitas a técnicos e agricultores objetivando compreender a história local e a dinâmica de vida dos atores sociais objeto de estudo.

As entrevistas, segundo Haggutte (1997), auxiliam o pesquisador a obter informações subjetivas que relacionam valores, atitudes e opiniões de sujeitos envolvidos no estudo. As entrevistas ocorreram tanto na feira municipal, quanto em assentamentos e na casa dos agricultores. Foram entrevistados 50 agricultores rurais do município.

As entrevistas foram realizadas com a aplicação de questionário (Figura 1) contendo tanto perguntas abertas quanto objetivas, de múltipla escolha, possuindo a finalidade de entender as ações de empresas de extensão rural para os agricultores da região e como o Instituto Agrônômico de Pernambuco ajuda os produtores com essas ações. Os entrevistados estavam vendendo seus produtos na feira municipal, onde participavam dela uma vez por semana, com produtos oriundos das suas plantações.

Para a realização das entrevistas foi pedida autorização de cada agricultor da região quando foram explicados os fins que destinavam a esta pesquisa, englobando perguntas sobre a identificação, residência, propriedade e sobre assistência técnica para cada produtora e produtor rural.

Figura 1. Entrevistas realizadas com os agricultores e feirantes.



Fonte: Produção própria dos autores.

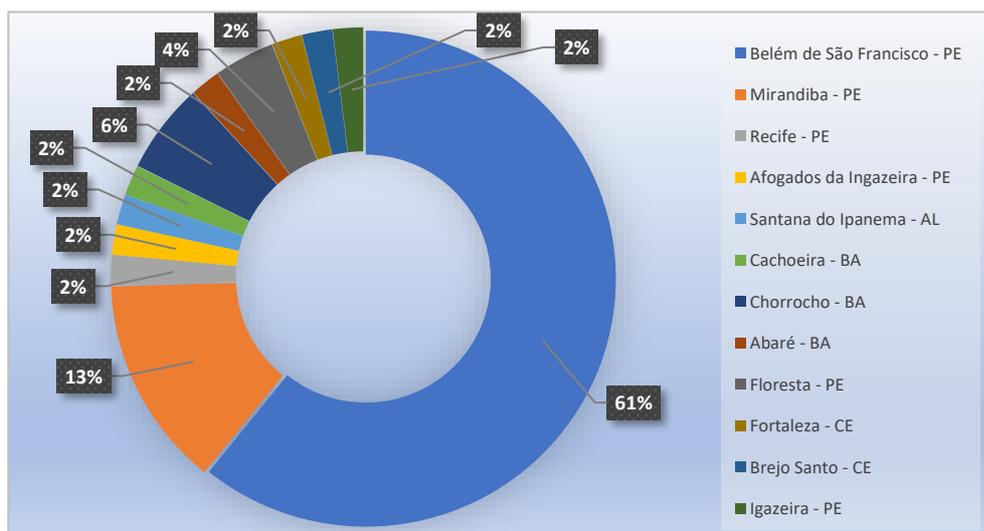
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por muito tempo Belém do São Francisco foi conhecida como terra da cebola graças ao seu desenvolvimento na área da horticultura e principalmente devido ao seu clima, quente e seco que beneficia a produção de cebola na região e também graças ao Velho Chico (nome dado ao Rio São Francisco, que dá o nome a cidade) que propiciando uma boa adaptação a produtos desse tipo de cultivo. Possuindo cerca de 20 729 pessoas segundo Censo do IBGE, de 2019, Belém divide-se em zona rural, onde ocupa uma população de 7.942 pessoas e zona urbana, onde o número de cidadãos corresponde a 12.787 pessoas (BELEM, 2019), todos os produtos são de produção da agricultura familiar e, as mercadorias comercializadas vão desde

produtos da horticultura como da fruticultura, que além de alimentar o mercado interno da região ajuda na alimentação dessas famílias.

Para os 50 entrevistados foram feitas perguntas sobre sua naturalidade onde foi observado (Figura 2): 61% dos agricultores responderam que nasceram em Belém do São Francisco, 13% das pessoas responderam que nasceram em Mirandiba – PE, 6% dos entrevistados responderam ser de Chorrochó- BA, 4% dos entrevistados afirmaram ser de Floresta - PE , os demais produtores responderam que nasceram em municípios como: Recife – PE, Afogados da Ingazeira – PE, Fortaleza – CE, Brejo Santo – CE, Santana do Ipanema – AL, Cachoeira – BA e Abaré – BA todas essas cidades corresponderam apenas 2% das pessoas entrevistadas.

Figura 2. Naturalidade dos agricultores entrevistados.

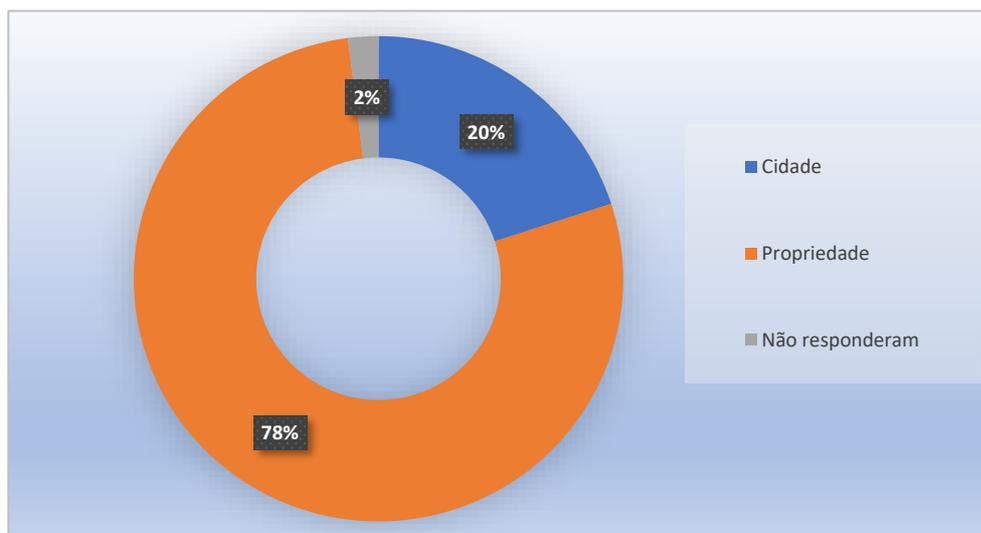


Fonte: Produção própria dos autores.

Cerca de 39% dos entrevistados não eram naturais do município, mas enxergaram na região um potencial agrícola, justamente devido as terras terem a disponibilidade de acesso a um quantitativo proveniente do Rio São Francisco e que esse foi um dos principais fatores para recorrerem a terras na cidade, para produzir tanto para feiras quanto para o próprio consumo, foi observado que todos os entrevistados moram na região. Segundo Zellhuber & Siqueira (2007), mesmo com a necessidade de revitalização do Velho Chico diversos são seus potenciais econômicos o que de certa forma beneficia os agricultores da região quando se fala de escolha do local para começar uma plantação.

Ao serem entrevistados os agricultores responderam onde residiam, através disso foram divididas em 3 categorias: Na cidade, na propriedade e, não responderam. Cerca de 20% dos entrevistados responderam que moravam na Cidade. Já na propriedade residiam 78% dos produtores e, aproximadamente, 2% dos entrevistados optaram por não responder (Figura 3).

Figura 3. Local de moradia dos agricultores da região.



Fonte: Produção própria dos autores.

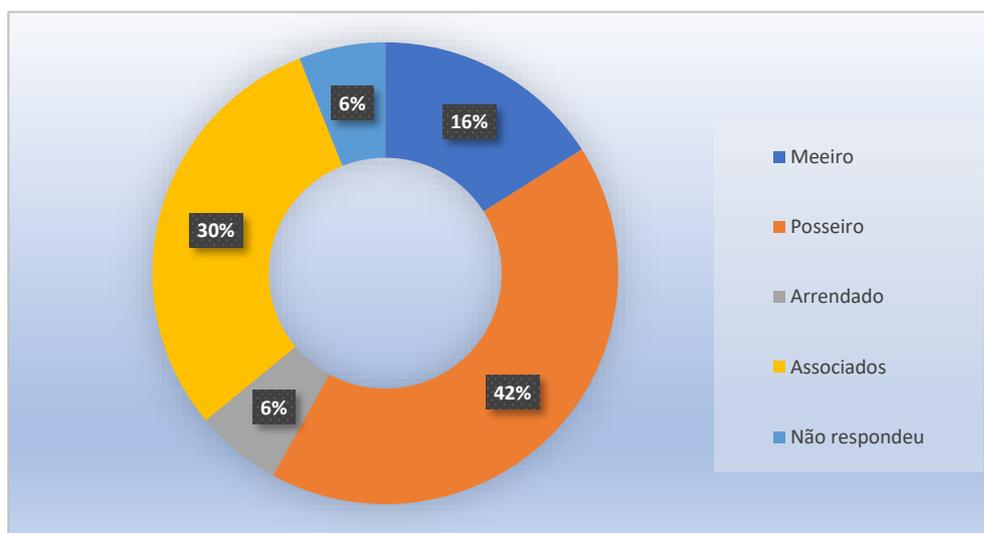
Como demonstrado na entrevista e na Figura 3, os produtores rurais se sentiam melhor em morar e trabalhar próximo às suas áreas, onde todos falaram da praticidade de estarem todos os dias presentes na produção. Cerca de 78% dos entrevistados afirmaram que viver nas áreas facilitava seu trabalho principalmente na hora de fazer a plantação, cuidados e colheita dos produtos.

Por outro lado, é bastante questionada a questão educacional, na qual os alunos da rede pública que moram no campo têm bastante dificuldade em chegar até a cidade e prejudicando muitas vezes os estudos dos jovens e adultos. Nos 2% dos entrevistados que optaram por não responder, foi observado um receio em relação à pesquisa. Isso se dá ao fato de campo e universidade estarem distantes e seja enfatizado como problemática para quem realmente estamos produzindo conhecimento.

Pereira & Castro (2015) afirmam que as questões educacionais são bastante observadas, principalmente quando comparamos o meio urbano com o rural, e analisamos o tipo de ensino que é passado para essas crianças, jovens e adolescentes que moram no meio rural.

Foram observadas características em relação à condição dos terrenos destinados aos produtores onde foram divididas em cinco situações ou categorias de estudo: Meeiro, posseiro, arrendado, associado, não responderam. Foi constatado que 16% das pessoas entrevistadas afirmaram que dividiam a área com alguém seja da família ou alguém que queira produzir, revelando a existência da figura do Meeiro na área pesquisada. Em torno de 42% dos entrevistados eram posseiros, caso em que os entrevistados afirmaram serem donos da área que eles produziam. A situação de arrendado envolveu 3% dos agricultores, que afirmaram que as áreas onde eles produzem tinham esse caráter. Os Associados corresponderam a 30% dos pesquisados, eles responderam que suas áreas são cedidas pela associação e, aproximadamente 6% dos entrevistados não responderam (Figura 4).

Figura 4. Situação em relação à posse da área produtiva.

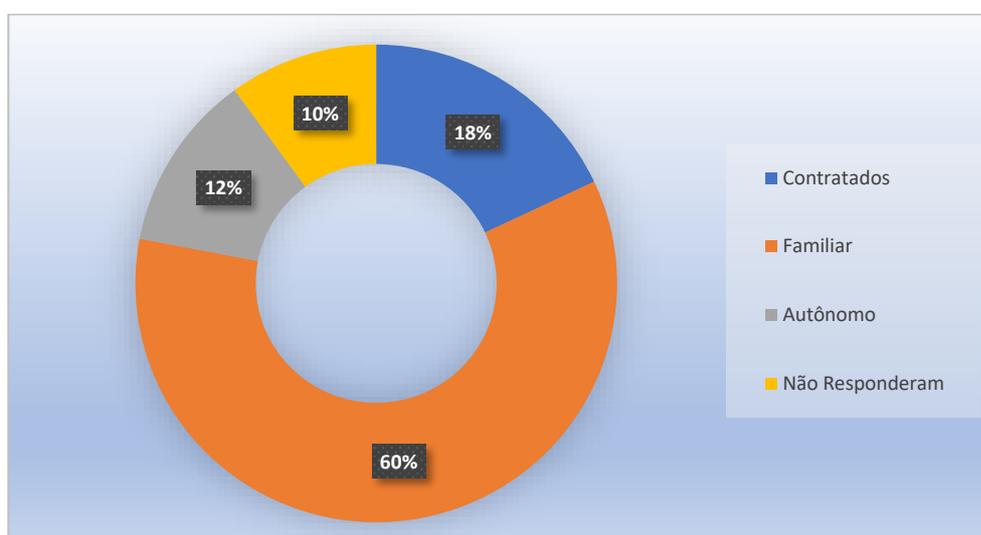


Fonte: Produção própria dos autores.

Os agricultores afirmaram que as terras que eles tinham suas produções é uma conquista principalmente do período da história de Belém de São Francisco – PE quando aconteceu a enchente, os recursos fornecidos para os agricultores naquela época foram disponibilizados para muitos deles no século XXI, e foram fundamentais para a conquistas de terras na região, fazendo com que o município obtivesse essa extensão que possui hoje. Para Pereira (2019) os movimentos sociais têm grande interferência nessa conquista territorial, aproveitando assim as áreas que não estão cumprindo o seu papel social, sendo principalmente uma bandeira de luta de diversos movimentos.

Foram levantados dados sobre se os agricultores utilizam ou utilizam de algum sistema de contratação de funcionários para ajudarem desde o plantio até a colheita dos produtos, se eles dependiam exclusivamente da mão de obra familiar ou se eles faziam esse trabalho de maneira solitária sem nenhuma intervenção da família, nem de contratados. Dos entrevistados, 18% responderam que utilizavam de ajuda de contratados. Em relação ao trabalho ser com ajuda familiar, cerca de 60% dos entrevistados afirmaram depender da ajuda, 12% dos entrevistados afirmaram ser autônomos, enquanto 10% dos entrevistados optaram por não opinar sobre (Figura 5).

Figura 5. Utilização de mão de obra na área.



Fonte: Produção própria dos autores.

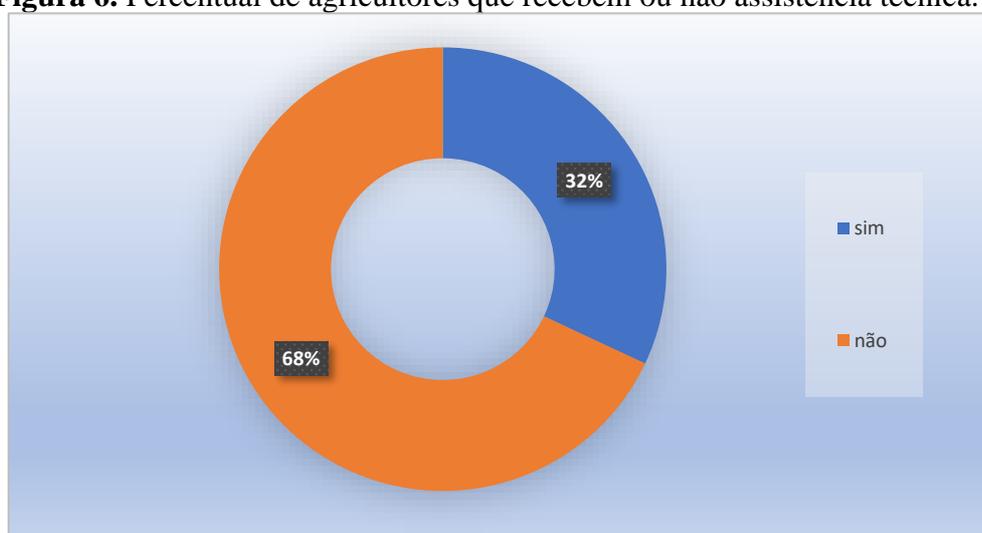
Segundo Soares (2004) o protagonismo assumido pela produção familiar e a agricultura de subsistência é muito importante para sociedade principalmente por esse modelo de agricultura fornecer para população diversos tipos de alimentos. Os agricultores muitas vezes não possuem um capital que forneça a contratação de pessoas para as realizações de atividades e observam na atividade familiar uma saída para uma economia mais rentável.

A agricultura familiar sempre se destaca pela questão de produção e acesso mais fácil principalmente em feiras, ainda podemos encontrar em feiras além de produtos deste tipo de agricultura, produtos originados da agricultura orgânica e agroecológica, elas chegam a nosso acesso justamente devido ao incentivo a agricultura familiar e as feiras do município beneficiam

os produtores de certa forma, entretanto é necessário que as cidades observem mais a fundo quais as condições sociais que esses produtores se encontram.

Nas entrevistas ocorreram diversas perguntas sobre assistência técnica em geral e sobre o IPA, na região de Belém do São Francisco – PE. Foi perguntado se eles receberam ou recebem algum tipo de assistência técnica nas suas áreas e 68% responderam que nunca tiveram nenhum tipo de assistência, enquanto que 32% dos entrevistados afirmaram que receberam assistência técnica (Figura 6).

Figura 6. Percentual de agricultores que recebem ou não assistência técnica.



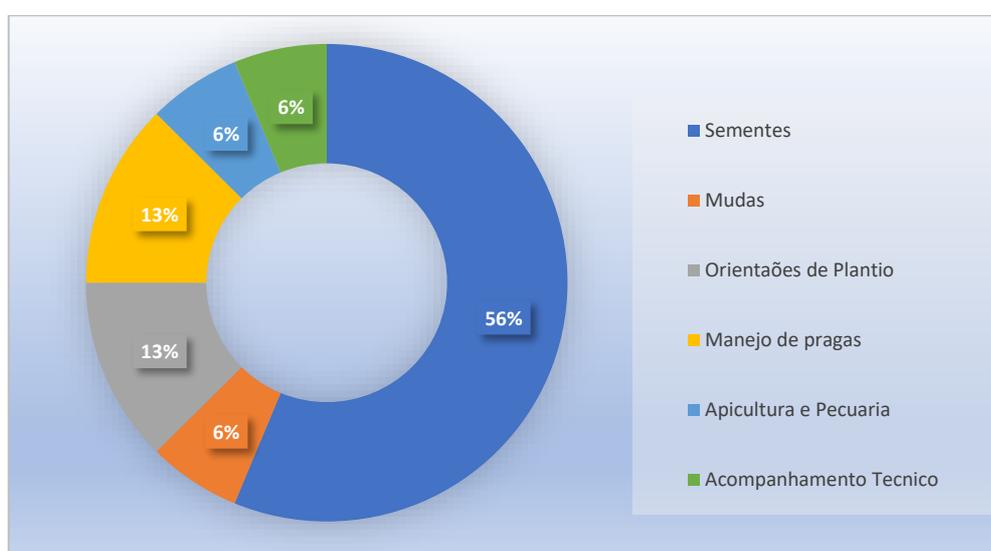
Fonte: Produção própria dos autores.

O serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é garantido por lei aos agricultores e é indispensável para o desenvolvimento rural (Nascimento, 2005). Mas com o fim da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) na década de 90, provocou o declínio dos programas assistencialistas rurais (MARIA *et al.*, 2015).

Os pequenos produtores rurais foram os primeiros a sentir o impacto social que foi o encerramento da EMBRATER, com a diminuição de serviços assistencialistas e extensionistas, a realização de um Brasil agrário desenvolvido acabou sendo um sonho governamental e a vida da mulher e do homem do campo se tornou cada vez mais difícil enfrentando tanto problemas no meio rural quanto na área social, onde o processo de marginalização da profissão rural e das pautas sociais que muitos dos movimentos que apoiavam a causa rural acabaram sofrendo.

Foi perguntado para os agricultores que recebiam assistência quais ações de assistência o IPA fornecia para eles. Aproximadamente 56% afirmaram que forneciam sementes, 6% evidenciaram o fornecimento de mudas, 13% no manejo de pragas e na orientação do plantio, enquanto 6% afirmaram receber ajuda na apicultura e agropecuária e o mesmo percentual afirmou ter acompanhamento técnico (Figura 7).

Figura 7. Serviços oferecidos pelo IPA na região.



Fonte: Produção própria dos autores.

Por muito tempo a assistência técnica foi bastante forte em todo o Brasil. Muitos dos agricultores afirmaram que depois veio o fim da EMBRATER, no governo Fernando Collor. Peixoto (2009) afirma que o grave problema no Brasil foi justamente a privatização das ações de extensão, o que ocasionou uma diminuição dos serviços prestados pelo governo e de certa forma assola por muitos anos os agricultores rurais. E, segundo afirma Diesel *et al.* (2008), a privatização foi apresentada como modelo a fim de ajudar o homem e mulher do campo e que os serviços seriam maximizados para as demais regiões, onde ocorreu justamente o contrário e as empresas que já tinham um desenvolvimento foram sucateadas trazendo ainda mais prejuízo para os pequenos produtores.

Os serviços acabaram se tornando restritos e escassos para algumas empresas que ainda tinham esse modelo assistencialista e com o passar dos anos os serviços acabaram se tornando

quase inexistentes, já que o governo federal não observava a necessidade de um incentivo para esses produtores e para essas empresas. Além de recursos o quadro de funcionários diminuiu drasticamente e os profissionais remanejados para área de pesquisa que fornecia cultivares e renda para as empresas beneficiando as grandes produções das diversas regiões dos municípios onde se inserem.

CONCLUSÃO

O Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA) tem grande papel na pesquisa e na obtenção de materiais que servem para utilização dos pequenos produtores da região o que se observa quando os produtores dizem que são utilizadas sementes e propágulos fornecidos, porém a empresa ainda deixa a desejar quando se fala em extensão rural, o que os agricultores muitas vezes dizem ser inexistente na região.

Os pequenos produtores são responsáveis pela grande distribuição dos produtos agrícolas para o município, nas feiras acontecem o grande movimento deles o que de certa forma movimenta a economia de Belém e São Francisco – PE.

REFERÊNCIAS

BARATA-SILVA, A. W. *et al.* Experiência com extensão rural agroecológica em assentamento de reforma agrária. **Interagir - pensando a extensão**, n. 24., p. 99-107, 2017. DOI: <https://doi.org/10.12957/interag.2017.22260>

BARROS, A. C. *et al.* Sensitividade Da Paisagem Na Bacia Do Riacho Do Mulungu, Belém De São Francisco, Pernambuco. **Revista de Geografia**, v. 27, n. 2, p. 108–120, 2011.

BEZERRA, J. E. *et al.* Conservação dos Recursos Genéticos de Espécies Frutíferas no Instituto Agronômico de Pernambuco. **Revista RG News**, v. 3 n. 2, p. 167, 2017.

BIANCHINI, V. **Vinte Anos do PRONAF, 1995-2015: Avanços e Desafios**. 2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazine.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2020.

CAPORAL, F. R.; DAMBRÓS, O. Extensão Rural Agroecológica: experiências e limites Universidade Tecnológica Federal do Paraná. **Redes**, v. 22, n. 2, p. 275–297, 2017. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v22i2.9352>.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA. **Elencos de Projetos**. 2019. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocio/irrigacao/projetos-publicos-de->

irrigacao/elenco-de-projetos. Acesso em: 2 nov. 2021.

DIESEL, V. *et al.* Privatização dos serviços de extensão rural: uma discussão (des)necessária? **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, n. 4, p. 1155–1188, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032008000400010>.

GALVÃO, E. Após 8 anos de estudos, IPA de Belém do São Francisco-PE cria o Tomate Ferraz, que tem qualidades superiores aos do mercado atual. **Blog do Didi Galvão**, Belém do São Francisco, 4 jul. 2018. Disponível em: <https://www.didigalvao.com.br/apos-8-anos-de-estudos-ipa-de-belem-do-sao-francisco-pe-cria-o-tomate-ferraz-que-tem-qualidades-superiores-aos-do-mercado-atual/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

GOMES, C. Pesquisadores do IPA-Belém de São Francisco produzem nova variedade de tomates. **Blog Alvinho Patriota**, Belém do São Francisco, 19 mar. 2011. Disponível em: <http://www.alvinhopatriota.com.br/pesquisadores-do-ipa-belem-de-sao-francisco-produzem-nova-variedade-de-tomates/>. Acesso em: 2 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE FLORESTAS. **Bioma Caatinga - IBF**. 2020. Disponível em: https://www.ibflorestas.org.br/bioma-caatinga?utm_source=googleads&utm_medium=cpc&utm_campaign=biomas&keyword=%2522bioma%2520brasileiro%25%252022%2520caatinga&creative=367878241897&gclid=CjwKCAiAjMHwBRAVEiwAzdLW%2520GGh7KK-ePHP-TzmE2ibN9b2fTEgaHl40GeysmPA7C92xDTC2lM6vhoCiwQQA_vD_BwE. Acesso em: 25 jun. 2020.

IBGE. **Belém do São Francisco**. 2016. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/belem-do-sao-francisco/historico>. Acesso em: 25 jun. 2020.

IPA. **Instituto Agrônomo de Pernambuco - Apresentação**. 2020. Disponível em: <http://www.ipa.br/novo/apresentacao>. Acesso em: 25 jun. 2020.

LIMA, F. A. X. *et al.* Extensão rural, comunicação e mobilização social: experiências do IPA junto aos agricultores familiares de Pernambuco. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v. 8, n. 2, p. 43–57, 2014.

LISITA, F. Considerações Sobre a Extensão Rural No Brasil. ADM - Artigo de Divulgação na Mídia. **EMBRAPA Pantanal**, v. 77, p. 1–3, 2005.

LUSA, M. G. Política Nacional De Assistência Técnica E Extensão Rural E Serviço Social: O Campo Como Desafio. **Cadernos Ceru**, v. 24, n. 1, p. 115–135, 2013.

MARIA, R. *et al.* Sobre Os Movimentos Sociais No Campo – O Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra Na Campanha Gaúcha. *In: Encontro de Geógrafos da América Latina*, 2015, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2015. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/36.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2020.

NASCIMENTO, A. S. P. Assistência técnica e extensão rural: a percepção das lideranças acerca da satisfação do serviço prestado às associações atendidas por um projeto público de desenvolvimento rural no território do Médio Sertão paraibano. **IFPB – Repositório Digital**, p. 1-17, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/jspui/handle/177683/924>. Acesso em: 25 jun. 2020.

PEIXOTO, M. Extensão rural no Brasil - uma abordagem histórica da legislação. **Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado**, p. 1–50, 2008. Disponível em: http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm%0Ahttp://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/artigos-e-revistas/Extensao_Rural_no_Brasil_-_uma_abordagem_historica_da_legislacao._pdf. Acesso em: 25 jun. 2020.

PEREIRA, C. N.; CASTRO, C. N. EDUCAÇÃO: CONTRASTE ENTRE O MEIO URBANO E O MEIO RURAL NO BRASIL. **Boletim regional, urbano e ambiental**, p. 64–74, 2015.

SANTOS, M. A. G. *et al.* A formação do extensionista rural: desafios no ensino técnico profissional em Pernambuco. **Extensão Rural**, v. 23, n. 1, p. 7–25, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5902/2318179613022>.

SILVA, F. F.; SANTOS, R. M. Desenvolvimento rural e PRONAF: um estudo para os municípios mineiros. **Revista Campo-Território**, v. 13, n. 30, p. 159–186, 2018. DOI: <https://doi.org/10.14393/rct133007>.

SOARES, A. C. Negociações na OMC G20: Oportunidades para agricultura familiar e segurança alimentar. **FGV biblioteca**, p. 6–7, 2004.

ZELHUBER, A.; SIQUEIRA, R. Rio São Francisco: degradação e Revitalização. **Cadernos do CEAS**, v. 227, p. 7–34, 2007.

Artigo recebido em: 02 de novembro de 2021.

Artigo aprovado em: 02 de fevereiro de 2022.